

Opinião

Biomassa: a energia que temos



João Sampaio*

ALAMENTÁVEL tragédia no Japão, atingido por sucessivos terremotos e por um tsunami devastador em março, trouxe à tona um assunto polêmico – o uso da energia nuclear. Três dos seis reatores da usina de Fukushima Daiichi já tinham explodido, e diversos países anunciaram novas medidas de segurança para a geração de energia elétrica de origem nuclear. Além disso, uma reflexão geral sobre a escolha da matriz energética de cada nação tomou conta dos governantes.

Na Europa, vários reatores com mais de 20 anos serão desativados. A Alemanha anunciou revisão em sua política nuclear, a França, com mais de 70% de dependência desse tipo de energia, também tomará medidas redobradas de segurança. Países como Estados Unidos e China resolveram frear seus investimentos. Aproximadamente 17% da geração elétrica mundial são de origem nuclear, a mesma proporção do uso de hidroelétrica e de energia produzida por gás. Diante desse cenário, o Brasil, novamente, tem uma oportunidade única de ampliar o uso de energia renovável, limpa e menos nociva à saúde.

Trata-se da biomassa para a produção de energia elétrica. No Brasil, ela é estimada em menos de 5% do total, sendo que quase metade é fruto da cogeração na industrialização da cana, e um terço vem da indústria de papel e celulose. Para sua produção e viabilidade econômica, há dois fatores principais: a coleta e o transporte para concentrar o insumo elevam proporcionalmente os custos do mesmo à medida que cresce a capacidade da unidade de conversão e, mais, as tecnologias de conversão para energia elétrica convencionais, essencialmente termoeletricas, apresentam forte economia de escala, portanto os investimentos em tecnologia têm buscado aumentar a eficiência de conversão em sistemas de menor capacidade e reduzir custos de coleta/transporte da biomassa.

Nossa saída mais tradicional tem sido a utilização de resíduos de outros usos de biomassa, como bagaço de cana e a palha, palha

de arroz, restos em serrarias e casca de árvores na indústria de celulose. Ainda possuímos outro tanto que ainda é pouco difundido, como é o bagaço de laranja, da cevada e restos de alimentos. O insumo ideal do ponto de vista ambiental, social e econômico envolve investimentos tecnológicos. Aí começam nossos gargalos.

Mesmo com esse potencial para a produção de energia elétrica e com suficiente tecnologia, até hoje o governo brasileiro não tem uma política consistente e clara para o setor. Para começar, crédito para que as empresas invistam nesta alternativa energética com juros baixos e prazos de carência coerentes com a natureza do investimento. As poucas iniciativas de financiamento ainda esbarram na burocracia financeira. Depois, temos a tributação, que é uma colcha de retalhos, assim como nas outras cadeias produtivas, nas quais cada Estado e/ou setor trabalha de um jeito e com um olhar específico. Formas diferenciadas e incentivos para o uso desse tipo de energia deveriam fazer parte da lista de prioridades do País.

Enquanto as nações desenvolvidas, dependentes de energia fóssil e nuclear, repensam suas políticas energéticas, o Brasil, com um enorme potencial nos campos agrícolas, não estabelece critérios abrangentes para atender a uma demanda que é mundial.

Algumas iniciativas como o Programa Nacional de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfra), nome longo e com dinheiro curto, são isoladas. A Aneel (Agência responsável pela regularização do setor elétrico) tem estimulado e procurado regulamentar o uso da biomassa, mas muito timidamente em nossa avaliação. Mais que cobrar do governo, o setor do agronegócio deve se colocar à frente para discutir o assunto e propor medidas. ■

*Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo